



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 67ª Reunião Ordinária

1 No dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e um, às 16 horas, membros do Conselho Municipal
2 dos Direitos das Mulheres reuniram-se para a 67ª Reunião Ordinária deste Conselho - Gestão
3 2017/2021. A reunião foi realizada através de videoconferência, como medida de enfrentamento da
4 pandemia decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19). A reunião teve a seguinte pauta, conforme
5 Ofício Circular 002/2021-CMDM: **1.** Aprovação da ata da 66ª Reunião Ordinária realizada em
6 26/01/2021(leitura prévia); **2.** Correspondências recebidas: **a)** Ofício nº 18/2021-SMPM – Encaminha
7 informações solicitadas; **b)** Processo SEI 0127257-34.2020.8.16.6000-TJPR – Encaminha informações
8 sobre MPU's; **c)** Ofício nº 41/2021-MP – Encaminha informações caso Marina Maria (Preta Mar) –
9 Sigiloso; **d)** Ofício nº 007/2021 – CEDM/PR – Solicita informações sobre a Conferência Municipal; **e)**
10 Ofício nº 5/2021/CNDM/SNPM/MMFDH – Solicita informações sobre a Conferência Municipal. **3.**
11 Correspondências enviadas: **a)** Ofício 001/2021-CMDM – Ministério Público/29ª. Promotoria de Justiça
12 – Solicita informações sobre o caso Marina Maria (Preta Mar); **b)** Ofício 002/2021-CMDM – 2º.
13 Juizado de Violência Doméstica e Familiar – Solicita informações sobre o caso Marina Maria (Preta
14 Mar); **c)** Ofício 003/2021-CMDM – Convite ao promotor de justiça Dr. Ronaldo da Costa Braga; **d)**
15 Ofício 004/2021-CMDM – Convite à promotora de justiça Dra. Amarílis F. Picarelli Cordioli. **4.**
16 Apresentação dos fluxos relativos ao acesso à justiça e à distribuição de processos nas diferentes
17 instâncias nos casos de violência contra a mulher, com a participação dos promotores de justiça Dr.
18 Ronaldo da Costa Braga e Dra. Amarílis F. Picarelli Cordioli. **5.** Convocação de reunião extraordinária
19 para deliberar sobre a realização da Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres. **6.**
20 Apresentação do Programa Mulheres do Brasil, com a participação da líder do Núcleo Londrina,
21 Charlene Tófano. **7.** Informes: **a)** Curso de Planejamento, Gestão e Controle Social de Políticas
22 Públicas; **b)** Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e Sexual de Londrina; **c)**
23 Programação alusiva ao dia 08 de Março – Dia Internacional da Mulher; **d)** Composição das Comissões
24 Permanentes e Temporárias do CMDM; **e)** Outros informes. **Conselheiras presentes:** Rosalina Batista,
25 Rosângela Portella Teruel, Elaine Galvão, Sueli Galhardi, Lucimar Rodrigues, Eunice Tieko Miyamoto,
26 Silvana Aparecida Mariano, Marselle Nobre de Carvalho, Cassia Munhoz Silva, Osvaldo de Souza
27 Campos Junior, Sandra Aguilera, Dilcéia Cardoso de Lima, Divarci Rodrigues dos Santos, Luciana
28 Mazaroto Negrini, Priscila Colmiran, Tatiene Matoba de Ávila, Sandra Sterza, Teresa Mendes de
29 Souza, Cristiane Aparecida Prado Altero, Geocelia Alves Ribeiro, Leda Araujo, Patrícia Selvatici Preto
30 , Jaqueline Aparecida Teles Gavassa, Kathia Regina Galdino de Godoy, Antonia Francisca de Araújo.
31 **Outras participantes:** Dr. Ronaldo da Costa Braga, Sandra Nishimura (assessora da vereadora Lenir de
32 Assis), Lisnéia Aparecida Rampazzo (SMPM), Jaqueline Amendola (OAB), Elisabete Fabiana Paz e



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 67ª Reunião Ordinária

33 Beatriz Silva Cunha Nogueira (EIG), Charlene Tofano e Jussara Mendonça de Oliveira (Programa
34 Mulheres do Brasil); **Ausências justificadas:** Liange Hiroe Doy Fernandes, Amanda Gaion Pedro, Ana
35 Carolina Franzon, Meire Moreno, Rogério Dias, Adriana Gomes Madalozzo, Nilceia de Fátima Vertuan.
36 O registro de presença foi realizado através do link <https://forms.gle/Mn7fd3evA9P12wXE9>,
37 disponibilizado no *chat* desta reunião. A presidente do Conselho, Rosalina Batista, inicia a reunião
38 dando as boas vindas e solicita que a conselheira Rosangela Teruel faça a leitura da pauta. Rosangela
39 cumprimenta todas as pessoas presentes, em especial as novas representantes do poder público, cuja
40 representação no Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres foi atualizada a pedido da Secretaria
41 Municipal de Políticas para as Mulheres, a fim de assegurar a representatividade do poder público nas
42 reuniões e comissões do CMDM. Rosangela faz então a leitura da pauta da reunião e informa a
43 solicitação feita pela conselheira Silvana Mariano, através do grupo de WhatsApp do Conselho, para
44 que a programação alusiva ao dia 08 de Março – Dia Internacional da Mulher passe de ‘informe’ para
45 ‘ponto de pauta’, para que o Conselho possa discutir e deliberar este assunto. Proposta e pauta
46 aprovadas pela Plenária. Na sequência, a Plenária aprova a ata da reunião realizada em 26/01/2021, com
47 o registro de abstenção da conselheira Silvana Mariano pelo *chat* desta reunião. Rosangela lista as
48 correspondências recebidas e enviadas, encaminhadas anteriormente a todas(os) e destaca as recebidas
49 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e Ministério Público, com informações sobre as medidas
50 protetivas de urgência e sobre o caso Preta Mar, respectivamente, temas estes que motivaram o convite
51 feito à Promotoria de Justiça para participar desta reunião do Conselho. Acerca das correspondências
52 recebidas relativas à Conferência Municipal, Rosangela cita ainda a Resolução nº 001 de 23/02/2021, do
53 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, e informa que esse tema será aprofundado nesta
54 reunião como ponto de pauta, conforme consta na convocação. Rosangela lista as correspondências
55 enviadas, e sobre o convite feito à 29ª e 30ª Promotorias de Justiça, informa que recebeu uma mensagem
56 do promotor, Dr. Ronaldo da Costa Braga, informando que o mesmo se encontra em audiência e poderá
57 participar da reunião do Conselho a partir das 17h e que a promotora, Dra. Amarílis F. Picarelli
58 Cordioli, justificou ausência em virtude de audiência no mesmo horário. A Plenária delibera pelo início
59 da reunião a partir do ponto de pauta sobre a Conferência Municipal, até que o promotor Dr. Ronaldo da
60 Costa Braga esteja disponível para participar da reunião. Rosangela informa que o Conselho da Mulher
61 do Paraná – CEDM solicitou informações sobre a data da realização da etapa municipal da V
62 Conferência de Políticas para as Mulheres e que orientou os municípios a realizarem as conferências
63 municipais, e faz a leitura da condição apresentada pelo CEDM para a realização da conferência
64 municipal: *“Também entendemos que as conferências poderão ser híbridas (presenciais/virtuais) desde*



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 67ª Reunião Ordinária

65 *que salvaguardados os direitos de participação daquelas mulheres ou grupo de mulheres mais*
66 *vulnerabilizadas, que estão muitas vezes em regime de exclusão digital. Desta forma, devendo atingir*
67 *mulheres rurais, dos bairros mais afastados, de PCTs (Povos e Comunidades Tradicionais), indígenas,*
68 *catadoras de materiais recicláveis, idosas, mulheres com deficiências, das mais diferentes orientações*
69 *sexuais, ou seja, mulheres que são sujeitos de direitos e muitas vezes a eles não tem acesso, que são*
70 *prioritariamente as atendidas por programas e políticas de inclusão social para as mulheres, é de vital*
71 *importância para que tenhamos uma Conferência legítima, que garanta avanços significativos para a*
72 *vida de todas as mulheres.”* Rosalina Batista, que também é conselheira estadual do Conselho da
73 Mulher do Paraná, manifesta sua preocupação com a realização da conferência municipal durante a
74 pandemia, pois o formato virtual não é acessível a grande parte das mulheres e o formato presencial é
75 inviável, mesmo em pequenos grupos, dadas as restrições sanitárias impostas como medida de
76 enfrentamento à pandemia e o risco à saúde das participantes. Rosângela faz a leitura da Resolução nº
77 001/2021, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, onde, citando o cenário de pandemia,
78 as recomendações do Conselho Nacional de Saúde e as manifestações das representações de Conselhos
79 e Organismos de Políticas para as Mulheres, o CNDM resolve adiar a realização da V Conferência
80 Nacional de Políticas para as Mulheres até que se restabeleça a segurança sanitária no país. Mediante o
81 exposto, a Plenária delibera que não é necessário convocar reunião extraordinária para debater este
82 assunto, podendo a decisão ser tomada nesta reunião ordinária. A Plenária delibera então pela não
83 realização da etapa municipal da V Conferência de Políticas para as Mulheres e que aguardará as
84 orientações do CNDM sobre o novo cronograma de realização das conferências municipais. D.Rosalina
85 alerta que na conferência municipal também seria realizada a eleição dos representantes da sociedade
86 civil para a Gestão 2021-2025, visto que o mandato da atual Gestão (2017-2021) encerra em julho do
87 corrente ano. A Plenária delibera pelos seguintes encaminhamentos: a) Envio de Ofício ao CEDM
88 informando a não realização da etapa municipal da Conferência de Políticas para as Mulheres e b) Envio
89 de Ofício à SMPM informando a não realização da etapa municipal da Conferência de Políticas para as
90 Mulheres e consulta sobre a possibilidade de prorrogar o mandato da atual gestão do CMDM, tendo em
91 vista as restrições impostas pela pandemia, até que seja possível realizar a conferência municipal e a
92 eleição da sociedade civil. A Plenária delibera ainda pela inclusão do tema Eleição da Sociedade Civil
93 como ponto de pauta na próxima reunião ordinária do Conselho. Passa-se então à apresentação do
94 Programa Mulheres do Brasil, até que o Promotor Ronaldo da Costa Braga esteja disponível para
95 participar da reunião. D.Rosalina cumprimenta as líderes do Núcleo Londrina, Charlene Tófano e
96 Jussara Mendonça de Oliveira, e agradece a articulação da conselheira Sandra Aguillera, que também



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 67ª Reunião Ordinária

97 faz parte do Programa Mulheres do Brasil em Londrina. Charlene Tóffano e Jussara Mendonça de
98 Oliveira informam que o Programa é suprapartidário e foi fundado por um grupo de mulheres
99 empresárias, lideradas pela empresária Luiza Helena Trajano, com o objetivo de atuar em parceria com
100 as iniciativas locais, governamentais e não governamentais, apoiando e fortalecendo ações como
101 empreendedorismo feminino e prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, entre outras.
102 Esclarecem que o grupo se organiza em comitês temáticos, e que a aproximação com o Conselho
103 Municipal dos Direitos das Mulheres e com a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres visa
104 fortalecer o trabalho em rede no município de Londrina. Oportunizada a participação aos (às) presentes,
105 Sandra Nishimura, assessora da vereadora Lenir de Assis, pergunta sobre a existência de programas de
106 financiamento e/ou apoio financeiro a mulheres que querem empreender. Charlene faz um breve relato
107 sobre o ‘Fundo Dona de Mim’, uma iniciativa do grupo Mulheres do Brasil, que tem como objetivo
108 impulsionar empreendedoras viabilizando empréstimos de R\$ 3.000,00 para a mulher iniciar ou manter
109 uma atividade produtiva, garantindo sua fonte de renda, e se coloca à disposição para detalhar os
110 critérios de acesso a esse microcrédito às pessoas interessadas. Charlene e Jussara informam que o
111 Núcleo do Programa em Londrina pretende mapear as iniciativas locais existentes, voltadas para as
112 mulheres, em especial as de enfrentamento à violência. A conselheira Sueli Galhardi solicita a palavra e
113 faz uma breve explanação sobre a Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e
114 Sexual de Londrina, que completa 10 anos de existência e intenso trabalho de articulação
115 interinstitucional, agregando diversos serviços públicos e instituições de defesa de direitos, e faz o
116 convite para que o Grupo participe das reuniões ordinárias da Rede. Pelo *chat*, a conselheira Silvana
117 Mariano, menciona o projeto de extensão da Universidade Estadual de Londrina realizado em parceria
118 com o CMDM, ‘Mulheres Construindo Democracia’, e coloca o projeto à disposição para eventuais
119 trabalhos conjuntos com o núcleo Mulheres do Brasil, pois acredita que existem convergências de
120 interesses. A conselheira Marselle Nobre estava inscrita para falar, mas às 17h o Dr. Ronaldo da Costa
121 Braga entra na sala virtual desta reunião e a Plenária delibera a suspensão do ponto de pauta do
122 Programa Mulheres do Brasil para priorizar a apresentação do Dr. Ronaldo sobre os fluxos relativos ao
123 acesso à justiça e à distribuição de processos nas diferentes instâncias nos casos de violência contra a
124 mulher. D.Rosalina cumprimenta o promotor e agradece o pronto atendimento ao convite feito pelo
125 CMDM. Contextualiza falando sobre o elevado número de medidas protetivas de urgência indeferidas
126 em Londrina, relata os casos de violência contra mulheres em Londrina, debatidos amplamente no
127 Conselho e na Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e destaca a importância da atuação
128 do CMDM como órgão de controle social. Dr. Ronaldo agradece o convite e inicia esclarecendo o



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 67ª Reunião Ordinária

129 trâmite do processo no caso Marina Maria (Preta Mar), que tramitou inicialmente na 29ª Promotoria,
130 mas que posteriormente foi encaminhado à Vara Criminal Comum, tendo em vista que o caso em
131 investigação, de estupro coletivo, não compreende relação íntima de afeto entre a vítima e o(os)
132 agressor(es). Destaca que a atuação da 29ª e da 30ª Promotorias de Justiça são específicas para os casos
133 de violência previstos na Lei Maria da Penha. Sobre o processo relativo à tentativa de feminicídio de
134 Cidinéia Mariano, que foi transferido do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
135 para a 1ª Vara Criminal, Dr. Ronaldo esclarece que todos os crimes que envolvem o Tribunal do Júri, a
136 partir de uma normativa estadual de 2020, devem tramitar nas varas do Tribunal do Júri desde a
137 investigação até o julgamento. Dr. Ronaldo destaca que a tipificação do crime é que define a
138 distribuição dos processos. Se forem crimes previstos na Lei Maria da Penha, os processos são
139 distribuídos para o 1º e 2º Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Se for
140 feminicídio ou tentativa de feminicídio, previstos no Código Penal, o processo é distribuído para a Vara
141 Criminal. Pelo *chat*, as conselheiras encaminham perguntas ao Dr. Ronaldo. A conselheira Renata
142 Graner questiona qual é a Promotoria responsável quando a mulher é idosa. Dr. Ronaldo esclarece que
143 a violência contra a pessoa idosa não se enquadra na Lei Maria da Penha, pois não ocorre em virtude do
144 gênero, e sim devido a outras condições de vulnerabilidade, sendo os processos encaminhados para a 5ª
145 e 7ª Promotorias de Justiça. Pelo *chat*, a conselheira Silvana Mariano solicita a avaliação do promotor
146 Dr. Ronaldo sobre as perdas e ganhos com a mencionada mudança ocorrida em 2020 sobre a
147 distribuição dos processos, do ponto de vista da defesa dos direitos da mulher. Dr. Ronaldo avalia que a
148 rigor, não considera que existam perdas, pois a Vara Criminal também pode aplicar medidas protetivas
149 de urgência, realizar o encaminhamento da mulher ao abrigo institucional, realizar escuta especial,
150 ou seja, a mulher continua com todos os benefícios e tratamento diferenciado. A diferença está na
151 especialidade da atuação, tendo em vista que a Vara Criminal atende todos os tipos de crime contra a
152 vida, em sua grande maioria crimes relacionados ao tráfico de drogas, e não somente crimes contra as
153 mulheres, o que pode afetar a forma de como as provas são colhidas, por exemplo, sem um olhar
154 específico da violência de gênero. Por esse motivo, Dr. Ronaldo destaca a importância da capacitação
155 dos juízes e promotores das varas criminais, para se aprofundarem no conhecimento da Lei Maria da
156 Penha e das temáticas da violência de gênero, que é muito específica, e passar a adotar as medidas
157 previstas em lei. A conselheira Silvana Mariano agradece a participação do promotor, manifesta a sua
158 preocupação com este novo formato estabelecido pela normativa estadual e fala sobre as barreiras
159 encontradas no acesso à 1ª Vara Criminal e ao 1º Tribunal do Juri. Dr. Ronaldo cita a reunião realizada
160 com a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e que o tema da sensibilização dos



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 67ª Reunião Ordinária

161 profissionais está na pauta, para que possam adotar um olhar diferenciado nos casos de violência
162 doméstica e familiar contra as mulheres, tendo em vista as consequências desse tipo de violência não
163 somente para a mulher, como também para a família da mulher vítima de violência. Defende que os
164 juízes e promotores de todas as varas sejam chamados a participar da Rede e do CMDM e para conhecer
165 os serviços especializados da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres. Dr. Ronaldo finaliza
166 destacando a importância do CMDM para o controle social das políticas para as mulheres em Londrina.
167 D. Rosalina agradece a presença do Dr. Ronaldo da Costa Braga e coloca o CMDM à disposição da
168 Promotoria. Pelo *chat* também são registrados agradecimento ao promotor. Pelo *chat*, a conselheira
169 Elaine Galvão se manifesta dizendo que, diante do exposto pelo Dr. Ronaldo, a tarefa para os
170 Conselhos, Redes de Enfrentamento e organizações de defesa dos direitos das mulheres é intensificar as
171 ações de sensibilização e pressão junto às instâncias superiores do Sistema de Justiça, pelo menos no
172 âmbito estadual, quanto às especificidades e a complexidade da violência de gênero, e que é necessário
173 repensar a organização do sistema, a capacitação e sensibilização dos magistrados, dando continuidade
174 às ações iniciadas. Pelo *chat*, a conselheira Silvana Mariano concorda com a sugestão do Dr. Ronaldo,
175 de buscar a interlocução com a Promotoria e Juizado do 1º Tribunal do Júri. Encerrada a participação do
176 Dr. Ronaldo, a conselheira Sueli Galhardi solicita a alteração na ordem da pauta, para fazer o informe da
177 Rede, pois está relacionado à fala do promotor, com encaminhamentos e propostas de ações já
178 discutidas na Rede. A Plenária delibera por retomar a pauta do Programa Mulheres do Brasil primeiro, e
179 após, passar a palavra à conselheira Sueli, para que ela faça o relato da Rede. Retomada a pauta do
180 Programa Mulheres do Brasil, a conselheira Marselle fala sobre a importância da atuação e do
181 engajamento das mulheres, para enfrentamento à pandemia, nos moldes do programa Agentes Populares
182 de Saúde. Cita o movimento Unidos pela Vacina, de iniciativa da empresária Luiza Helena Trajano,
183 coordenado pelo Grupo Mulheres do Brasil, alerta que na página inicial do Mulheres do Brasil, na
184 internet, não existe nenhuma referência à COVID-19, e sugere essa inclusão para dar mais visibilidade
185 às ações de enfrentamento à pandemia e manifesta interesse na realização de ações conjuntas com o
186 Grupo Mulheres do Brasil para pensar e desenvolver estratégias e abordagens locais mais efetivas de
187 promoção à saúde. Pelo *chat*, Charlene Tófano compartilha os links de acesso ao Programa –
188 <https://www.grupomulheresdobrasil.org.br/> e [https://www.instagram.com/grupomulheresdobrasilondrina/?hl=pt-](https://www.instagram.com/grupomulheresdobrasilondrina/?hl=pt-br)
189 [br](https://www.instagram.com/grupomulheresdobrasilondrina/?hl=pt-br), agradece a oportunidade de participar da reunião do CMDM e coloca o Núcleo Londrina à disposição
190 para ações conjuntas. D. Rosalina agradece a participação da Charlene Tofano e Jussara Mendonça de
191 Oliveira e encerra este ponto de pauta. A palavra é passada para a conselheira Sueli Galhardi, para fazer
192 o informe da Rede, porém a conselheira Teresa Mendes intervém pedindo informações sobre a Praça



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 67ª Reunião Ordinária

193 Pedro Pesarino. Teresa manifesta o seu descontentamento por esta pauta ainda não ter sido resolvida de
194 acordo com o que ela entende ser a melhor opção e pede para que isso seja registrado em ata. Rosângela
195 destaca que as informações sobre o trâmite do processo relativo à Praça Pedro Pesarino foram
196 encaminhadas por e-mail a todos os membros do Conselho, conforme consta na convocação desta
197 reunião (Ofício nº 18/2021-SMPM), todavia a conselheira Teresa Mendes informa que não fez a leitura
198 do documento. Rosalina Batista, enquanto presidente do CMDM, informa que todos os
199 encaminhamentos possíveis já foram feitos por este Conselho e que o processo está em tramitação no
200 Ministério Público. A Plenária delibera pela inclusão da Praça Pedro Pesarino como ponto de pauta da
201 reunião ordinária de março e pelo encaminhamento de convite à Promotora de Justiça Susana de
202 Lacerda, para participar da reunião e esclarecer os encaminhamentos realizados até o momento sobre
203 este assunto. Sueli Galhardi retoma o informe sobre a Rede, fazendo um relato sobre a reunião realizada
204 pela Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no dia 27/11/2020, com o Juizado e a
205 Promotoria da Vara Maria da Penha, onde estiveram presentes a juíza Dra. Zilda Romero, o promotor
206 Dr. Ronaldo Costa Braga e a promotora Dra. Amarílis F. Picarelli Cordioli. Estavam presentes nesta
207 reunião as conselheiras Rosalina Batista e Ana Carolina Franzon. O objetivo desta reunião foi conhecer
208 melhor o funcionamento dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar em Londrina, quais são suas
209 normativas e quais são os critérios para concessão das Medidas Protetivas de Urgência, considerando o
210 elevado número de indeferimentos em Londrina. Sueli informa que encaminhará ao CMDM o relatório
211 da reunião, na íntegra, onde constam os encaminhamentos propostos, entre eles a sensibilização e
212 orientação aos/às magistrados/as e promotores/as, inclusive aos que fazem plantão judiciário, reiterando
213 orientações já feitas pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar sobre a Lei 14.022/20, sobre
214 prorrogação de MPU às mulheres durante a pandemia e sobre a concessão de Medida Protetiva de
215 Urgência para violência moral como uma medida preventiva para não agravamento da violência. Sueli
216 informa o envio do Ofício nº 20/2020-RMEVCM/SMPM à Delegacia da Mulher de Londrina, assinado
217 conjuntamente pela Rede e CMDM, como um dos encaminhamentos da reunião do dia 27/11,
218 solicitando a inclusão do pedido de alimentos, conforme o artigo 22 inciso V da Lei 11.340/2006, que trata da
219 prestação de alimentos provisionais ou provisórios, quando, após consulta à mulher, for identificada esta
220 demanda. Sueli faz o convite para a Reunião Ampliada no dia 19/03/2021, das 8h30 às 11h30, em alusão
221 aos 10 anos da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e Sexual de
222 Londrina, cujo tema é justamente a atuação dos Juizados e das Promotorias no atendimento aos casos de
223 violência contra as mulheres, destacando que o Conselho participará com fala na abertura da reunião e
224 que esta atividade integrará o Calendário do Mês da Mulher. Sueli apresenta também a programação



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 67ª Reunião Ordinária

225 anual da Rede, com as seguintes datas e temas: 26/02 - Política Municipal de Assistência Social: o
226 Reordenamento dos CREAS; 19/03 – Reunião Ampliada: A atuação dos Juizados Especiais de
227 Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres na cidade de Londrina; 16/04 – Violência contra as
228 mulheres na perspectiva interseccional: gênero, classe, raça/etnia, especificidades geracionais e
229 mulheres com deficiência; 21/05 – A perícia do IML no atendimento às mulheres que sofrem violências;
230 18/06 – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher: importância, estrutura e funcionamento para
231 o enfrentamento à violência contra as mulheres; 16/07 – Política Nacional de Enfrentamento à Violência
232 contra as Mulheres: o papel dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher; 20/08 – 15 anos da
233 Lei Maria da Penha: a reabilitação com homens autores de violência no enfrentamento à violência contra
234 as mulheres; 17/09 – Rede de apoio às mulheres: a importância dos serviços que prestam assistência no
235 enfrentamento à violência contra as mulheres; 15/10 – O controle social na garantia dos direitos das
236 mulheres; e 19/11 – Dia Internacional pela Não-Violência contra as Mulheres. Sueli destaca a
237 programação dos dias 19/03 e 15/10, reiterando o convite para a participação do CMDM com uma fala.
238 A Plenária aprova a participação do CMDM nas atividades da Rede. Passa-se então ao próximo ponto
239 de pauta, para discussão da programação alusiva ao dia 08 de Março – Dia Internacional da Mulher.
240 Rosângela informa que Mesa Diretora recebeu duas solicitações de apoio para o Mês da Mulher, uma da
241 Rede Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, já apresentada pela conselheira Sueli, e
242 uma proposta da conselheira Amanda Gaion, pela Rede Feminista de Saúde. Rosângela esclarece que
243 encaminhou e-mail às(os) conselheiras(os), solicitando informação sobre as atividades a serem
244 desenvolvidas pelos órgãos e entidades que compõem e participam do Conselho Municipal dos Direitos
245 das Mulheres, e faz um relato dos retornos recebidos por e-mail: a conselheira Luciana Negrini, da
246 Secretaria Municipal de Saúde, sugere o planejamento reprodutivo (inserções de DIU, DIU com
247 hormônio, laqueadura, vasectomia) como um tema a ser abordado; a conselheira Renata Graner informa
248 que a Secretaria Municipal do Ambiente pretende homenagear mulheres que fazem a diferença e cuidam
249 do planeta, da natureza, do desenvolvimento sustentável e do bem-estar animal, com uma foto e um
250 breve perfil sobre a sua história a ser publicada no N.Com e que também será verificada a possibilidade de
251 entrega de mudas de plantas do viveiro para as munições que procurarem a SEMA no dia 08/03, com
252 um mensagem alusiva dia internacional da mulher e também com informações sobre as leis que
253 protegem os animais domésticos e a conselheira Dilcéia Cardoso de Lima, encaminhou as ações a serem
254 desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, com alunos do 1º ao 5º ano da Educação de
255 Jovens e Adultos, através da contação de histórias, vídeo-aulas e materiais impressos. A conselheira
256 Sandra Sterza solicita a palavra e informa que o Conselho Regional de Farmácia fará ações para



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 67ª Reunião Ordinária

257 intensificar a Campanha Sinal Vermelho contra a Violência, já realizada em Londrina em parceria com a
258 Secretaria da Mulher. Rosangela informa que as aulas do Curso de Planejamento, Gestão e Controle
259 Social de Políticas Públicas, em andamento, também integrarão o calendário do Mês da Mulher. A
260 Plenária é consultada sobre a realização de uma atividade própria do Conselho Municipal dos Direitos
261 da Mulher para o dia 08 de março ou sobre o apoio às atividades já apresentadas. A Plenária delibera
262 pelo apoio às atividades já apresentadas. D.Rosalina destaca a importância da atuação e do
263 protagonismo do Conselho no Mês da Mulher, mas reconhece as limitações impostas pela pandemia,
264 que afetaram a efetiva capacidade de execução de atividades próprias. Ressalta que o Conselho pode ser
265 parceiro de todas as atividades apresentadas, ao que a Plenária se manifesta favoravelmente. Rosangela
266 reitera o convite para que as atividades a serem realizadas durante o mês de março sejam encaminhadas
267 ao e-mail do Conselho até o dia 26/02, para compor o Calendário Municipal do Mês da Mulher que será
268 divulgado na primeira semana de março, com cobertura pelo Núcleo de Comunicação da Prefeitura. Na
269 sequência, iniciam-se os informes. A conselheira Elaine faz um breve relato sobre o Curso de
270 Planejamento, Gestão e Controle Social de Políticas Públicas, informando que foram aprovadas 73
271 inscrições e que aula inaugural será no dia 25/02, com o tema Histórico dos Movimentos de Mulheres e
272 Feministas no Brasil e reitera a importância da participação das(os) integrantes deste Conselho.
273 Finalmente, Rosangela faz o informe sobre a composição final das Comissões Permanentes e
274 Temporárias do CMDM. A conselheira Eunice Tieko Miyamoto solicita a sua inclusão da Comissão de
275 Trabalho e Renda. As Comissões Permanentes e Temporárias do CMDM passam a ter a seguinte
276 composição, com a lista de representantes em ordem alfabética: **Comissão de Enfrentamento a Todas**
277 **as Formas de Violência Contra as Mulheres:** Cássia Munhoz (SMDS), Luciana Negrini (SMS);
278 Lucimar Rodrigues (SMPM), Rosalina Batista (ASSEMPA), Teresa Mendes (C.Umbanda Cachoeirinha
279 do Xango), Apoio: Jaqueline Amêndola Heinzl (OAB); **Comissão de Saúde:** Elaine Galvão (SMPM),
280 Luciana Negrini (SMS), Priscila Colmiran (SMS), Marselle Nóbrega (UEL), Rosalina Batista
281 (ASSEMPA), Teresa Mendes (C.Umbanda Cachoeirinha do Xango); **Comissão de Trabalho e Renda:**
282 Amanda Andrello (SMAA), Dilcéia Cardoso (SME), Nilceia Vertuan (CODEL), Renata César
283 (SMTER), Apoio: Sirlei Fortes de Jesus (SMPM), Meire Moreno (Rede Feminista de Saúde/PR),
284 Rosalina Batista (ASSEMPA), Sandra Aguilera (Coletivo Black Divas), Teresa Mendes (C.Umbanda
285 Cachoeirinha do Xango), Eunice Tieko Miyamoto (Sindicato dos Bancários); **Comissão Educação e**
286 **Capacitação:** Dilcéia Cardoso (SME), Káthia Regina Godoy (SMAS), Tatiene Matoba (SMPOT),
287 Apoio: Lisnéia Rampazzo (SMPM), Meire Moreno (Rede Feminista de Saúde/PR), Poliana Santos
288 (Espaço Paranaense da Diversidade), Silvana Mariano (UEL), Apoio: Jaqueline Amêndola Heinzl

